

Andreazza quer ocupar Amazônia e conter cidades

BRASILIA (Sucursal) — A ocupação "seletiva e ordenada" da Amazônia, a contenção urbana de São Paulo e Rio de Janeiro, o fortalecimento das cidades de porte médio, a integração do índio à sociedade brasileira, a aceleração das taxas de crescimento regional e a melhor distribuição "espacial" da população, são as principais metas do Ministério do Interior para o governo do General Figueiredo, de acordo com as diretrizes básicas para o setor, distribuídas ontem no Palácio do Planalto.

"A ocupação seletiva e ordenada é a utilização produtiva de suas potencialidades em áreas selecionadas é o que promete, para a Amazônia, nos próximos seis anos, o Ministério do Interior, de acordo com as diretrizes básicas distribuídas ontem e que serão explicadas melhor, hoje, às 10 horas, no segundo andar do Palácio do Planalto, pelo ministro Mário Andreazza.

O "esforço da integração da Amazônia deve orientar-se" — segundo as diretrizes, da seguinte maneira:

"1 — Pela ocupação ordenada e seletiva, que procure concentrar recursos materiais e humanos em áreas selecionadas, com grandes potencialidades agrominerais, agropecuárias e agroindustriais;

"2 — Pela consolidação da infra-estrutura econômica e

social em áreas selecionadas e sua integração ao resto do País:

"3 — Pelo fortalecimento e dinamização dos polos urbanos mais importantes da região e dos núcleos urbanos de apoio ao processo de ocupação;

"4 — Pela utilização racional do patrimônio natural — sobretudo florestal — evitando-se sua depredação e a ocorrência de danos irreversíveis a seu equilíbrio ecológico."

O Ministério do Interior também pretende, no governo Figueiredo, promover uma descentralização industrial nas regiões sul e sudeste, principalmente em direção às cidades de porte médio, que estão a "exigir vigoroso esforço para ordenar e disciplinar o processo de urbanização, de modo a adequá-lo aos objetivos setoriais e regionais da política nacional de desenvolvimento."

Já as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba sofrerão o processo chamado de "contenção urbana", com a pretensão de se transferir as vantagens para as regiões metropolitanas do norte e do nordeste, de um modo geral, e para as cidades de porte médio, que deverão receber tratamento especial, de acordo com as diretrizes do Ministério do Interior.